



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - DELEMIG/DREX/SR/PF/AM

Parecer nº 9589851/2019-DELEMIG/DREX/SR/PF/AM

Processo nº: 08240.000843/2019-11

Interessado: YAMIR XAVIER ARMOA

1. Trata-se de Auto de Infração lavrado no dia 15 de Janeiro de 2019, em desfavor de YAMIR XAVIER ARMOA, nacional da Argentina, portadora de Cédula de Identidade nº 39695519, ingressante em território nacional no dia 15 de Setembro de 2018, sob a classificação de TURISTA, com permanência até o dia 14 de Dezembro de 2018, tendo, todavia, infringido o disposto no art. 109, II, da Lei nº 13.445/2017, por ultrapassar em 32 dias o prazo de estada legal no país, como se verifica abaixo, sendo-lhe aplicada multa no valor de R\$ 3.200,00 reais.

Art. 109. Constitui infração, sujeitando o infrator às seguintes sanções:

(...)

II - permanecer em território nacional depois de esgotado o prazo legal da documentação migratória:

Sanção: multa por dia de excesso e deportação, caso não saia do País ou não regularize a situação migratória no prazo fixado;"

2. Em sua defesa protocolada, tempestivamente, nesta Superintendência no dia 15 de Janeiro de 2019, o autuado esclarece que não dispõe de recursos suficientes para o pagamento da multa, declarando hipossuficiência, uma vez que necessita voltar ao seu país de origem. Informou que lá conseguirá adaptar-se financeiramente e sustentar sua família, enquanto que no Brasil está desempregado, pedindo, nesse sentido, a isenção da multa, uma vez que esse valor foge de seu alcance orçamentário.

3. Em que pese inexistirem na defesa os motivos que o levaram a ultrapassar o prazo, observando que o estrangeiro se encontra em situação de hipossuficiência econômica, resolve-se aplicar o disposto no art. 312, § 8º, do Decreto 9.199/2017, como se observa abaixo, em que se dispensa o pagamento da multa pelas causas acima expostas. Dessa forma, esta DELEMIG é favorável ao arquivamento do processo.

Art. 312. Taxas e emolumentos consulares não serão cobrados pela concessão de vistos ou para a obtenção de documentos para regularização migratória aos integrantes de grupos vulneráveis e aos indivíduos em condição de hipossuficiência econômica.

(...)

§ 8º O disposto no caput também se aplica às multas previstas no Capítulo XV.

RAFAEL VARGAS ALVES
Estagiário

DECISÃO

1. Acolho o parecer acima, o qual adoto como razões de decidir.
2. Arquive-se este processo, publicando-se a decisão no site da Polícia Federal, conforme art. 309, § 7,º do Decreto nº 9.199/2017.

RAFAEL DALL'AGNOL
Delegado de Polícia Federal
Chefe da DELEMIG/DREX/SR/PF/AM



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL DALL AGNOL, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 18/01/2019, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9589851** e o código CRC **5CF3E413**.

Referência: Processo nº 08240.000843/2019-11

SEI nº 9589851